

Coleção  
**JANELA DO SABER**

EDUCAÇÃO INFANTIL ...

# Educação Ambiental



**PUCPR**  
GRUPO MARISTA

**PUCPRESS**

**FTD**  
educação

**CONTEÚDO  
ABERTO**

Coleção  
**JANELA DO SABER**

---

# Educação Ambiental

Giuliana Capano  
Daniele Saheb Pedroso



**PUCPR**  
GRUPO MARISTA

 **PUCPRESS**

**FTD**  
educação

 **CONTEÚDO  
ABERTO**

Esta coleção, na totalidade ou em parte, não pode ser reproduzida por qualquer meio sem autorização expressa por escrito da Editora.

## Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR)

### Reitor

Ir. Rogério Renato Mateucci

### Vice-Reitor

Vidal Martins

### Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Paula Cristina Tревилатто

## PUCPRESS

### Gerência da Editora

Michele Marcos de Oliveira

### Edição

Juliana Almeida Colpani Ferezin

### Preparação de texto e revisão

Juliana Almeida Colpani Ferezin

### Capa e projeto gráfico

Paola de Lara da Costa

### Diagramação

Rafael da Matta Hasselmann

PUCPRESS / Editora Universitária Champagnat  
Rua Imaculada Conceição, 1155  
Prédio da Administração - 6º andar  
Campus Curitiba - CEP 80215-901  
Curitiba / PR  
Tel. +55 (41) 3271-1701  
pucpress@pucpr.br

## FTD

### Diretoria Geral

Ricardo Tavares

### Diretor Comercial e Educacional

Aramis Antonio da Luz

### Diretora Adjunta Educacional

Cintia Cristina Bagatin Lapa

### Gerência Educacional

Sonia Cristina Alves Furquim

### Gerência Marketing

Clayton Luiz Ferreira de Oliveira

### FTD Educação

Rua Rui Barbosa, 156 - Bela Vista  
São Paulo / SP  
CEP 01326-010 - www.ftd.com.br

### Conselho curador

Alboni Marisa Dudeque Pianovski  
Vieira (PPGE/PUCPR)

Sonia Cristina Alves Furquim (FTD)

Ana Paula Xavier (FTD)

Michele Marcos de Oliveira  
(PUCPRESS)

Juliana Almeida Colpani Ferezin  
(PUCPRESS)

Susan Cristine Trevisani dos Reis  
(PUCPRESS)

Dados da Catalogação na Publicação  
Pontifícia Universidade Católica do Paraná  
Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/PUCPR  
Biblioteca Central  
Luci Eduarda Wielganczuk - CRB 9/1118

C236e Capano, Giuliana  
2023 Educação ambiental / Giuliana Capano, Daniele Saheb Pedroso. – Curitiba :  
PUCPRESS, 2023

42 p. – (Coleção Janela do saber ; v. 6. Educação infantil)

Inclui bibliografias  
ISBN: 978-65-5385-040-8 (PDF)  
ISBN: 978-65-5385-041-5 (e-book)

1. Educação ambiental. 2. Educação infantil. I. Pedroso, Daniele Saheb.  
II. Título.



# APRESENTAÇÃO

Este volume problematiza a prática docente da Educação Infantil que privilegia o contato da criança com a natureza e as contribuições para seu desenvolvimento integral.

A Educação Ambiental é uma prática educativa integrada, contínua e permanente, que perpassa todos os componentes curriculares de todas as etapas da Educação Básica. Ao ser compreendida como problematização da prática social, defende-se a necessidade de introduzir desde cedo a questão ambiental na educação de forma sensibilizadora.

Caracterizada pela experiência da criança na natureza, acredita-se que a educação ambiental possibilita o compromisso social com o meio ambiente por parte dos estudantes desde a Educação Infantil.

Este volume pretende analisar as características da prática docente que privilegia o contato da criança com a natureza, buscando verificar a concepção de educação ambiental dos professores e identificar as atividades realizadas.



## SOBRE A COLEÇÃO

A Editora PUCPRESS, em parceria com a FTD, apresenta aos docentes que atuam na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental a Coleção Janela do Saber, cujo objetivo é estimular a reflexão sobre temas relacionados à prática pedagógica e colaborar na formação continuada desses profissionais.

Os volumes desta coleção trazem o resultado de pesquisas realizadas por acadêmicos e professores do curso de Pedagogia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.



## SOBRE AS AUTORAS

### **Giuliana Capano**

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná e atua como professora auxiliar do Colégio Marista Paranaense, em Curitiba. Ao realizar os estágios na Educação Infantil durante a pandemia e participar do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Ambiental e Complexidade, sentiu-se instigada a estudar a prática docente que valoriza a relação da criança com a natureza, com o intuito de contribuir para a formação integral dos estudantes.

### **Daniele Saheb Pedroso**

Doutora em Educação, coordenadora do Curso de Pedagogia e professora do Programa de Pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Em sua trajetória profissional, tem-se dedicado ao estudo com ênfase em Educação Ambiental e Complexidade, atuando principalmente com Educação Ambiental, Formação Docente e Prática Pedagógica.

# SUMÁRIO

## CONTEXTO 06

---

## ITINERÁRIO DE APRENDIZAGEM 09

A educação ambiental  
inserida na Educação Infantil 10

A relação da criança com a natureza 14

A prática docente que possibilita  
explorar os elementos naturais 18

A relação da criança com a natureza e a  
prática docente na Educação Infantil 22

Concepções de educação ambiental  
identificadas nas práticas docentes 25

Atividades desenvolvidas  
na Educação Infantil 27

---

## SÍNTESE DO APRENDIZADO 31

---

## REFERÊNCIAS CONSULTADAS 34

---

## INDICAÇÕES DE LEITURA 39

---

## CONHEÇA OUTROS TÍTULOS DESTA COLEÇÃO 40



## CONTEXTO

### **Olá, educadores!**

A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, no dia 11 de março de 2020, a pandemia em decorrência da covid-19, fenômeno este que evidenciou a necessidade de estabelecermos uma relação de equilíbrio com a natureza. Diante disso, as questões relacionadas ao meio ambiente ganharam ainda mais destaque nas pesquisas em educação.

Tendo em vista este contexto, é necessário contribuir para a formação do ser humano promovendo um senso de compromisso e cuidado com a natureza. Para isso, a prática docente do professor da Educação Infantil (EI) precisa trabalhar a partir do entendimento que as crianças têm de Meio Ambiente (SAHEB; ALVES, 2013), propondo situações e atividades que estimulem e interessem os alunos a aprender mais sobre esta temática.

Parte-se do pressuposto de que a Educação Ambiental (EA) é uma prática educativa integrada, contínua e permanente, que perpassa todos os componentes curriculares. Segundo Reigota (2012),

“ **A Educação Ambiental prepara para a cidadania, promovendo a formação do sujeito, abrangendo o ambiente social e natural. Portanto, sua prática precisa ser organizada, intencionalmente planejada e permanentemente avaliada.**

Conforme define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DCNEA), a EA “visa à construção e ao

desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores sociais, voltados para a conservação do meio ambiente natural e construído" (BRASIL, 2012a, p. 2). Denota-se assim, que a educação do ser humano, ao privilegiar o contato com elementos naturais, possibilita a construção de experiências significativas com a natureza. Com base nessa perspectiva, é preciso introduzir desde cedo a questão ambiental de forma sensibilizadora, contribuindo para um compromisso social com o meio ambiente.

Por se acreditar que a EA na Educação Infantil se caracteriza pela experiência da criança com a natureza (RODRIGUES; SAHEB, 2015), defende-se a prática docente que amplia estas experiências considerando as inter-relações, o diálogo e o cuidado com o meio ambiente, desenvolvendo nos sujeitos o sentimento de responsabilidade e solidariedade.

Compreende-se a prática docente como o momento no qual o professor ressignifica seus saberes e conhecimentos (TARDIF, 2010). A docência é compreendida por Tardif e Lessard (2005, p. 8) como “[...] uma forma particular de trabalho sobre o humano, ou seja, uma atividade em que o trabalhador se dedica ao seu ‘objeto’ de trabalho, que é justamente um outro ser humano, no modo fundamental da interação humana”. Nesse sentido, a prática docente é uma construção social oriunda das atividades desenvolvidas no dia a dia pelos professores no exercício de suas ações profissionais na escola. Evidencia-se, assim, a importância da prática docente em introduzir a questão ambiental desde cedo na Educação Básica, estimulando as crianças a refletirem sobre os problemas relacionados ao meio ambiente ocasionados pela sociedade.

Ao compreender as crianças como protagonistas do processo de ensino e aprendizagem, defende-se que elas, enquanto seres constituídos de natureza e de cultura, necessitam de convívio com o mundo natural (TIRIBA, 2010) para interagir com o próprio corpo, com os outros e com o ambiente ao redor.

Compreendendo que a Educação Infantil é fundamental para o desenvolvimento integral da criança, destaca-se que a

prática docente deve ser pensada para ampliar suas experiências, já que é por meio da intencionalidade pedagógica que contribuímos para o desenvolvimento de uma personalidade moral voltada para o meio ambiente.

Tendo em vista que a relação das crianças com o meio ambiente vem destacando cada vez mais a relevância da Educação Ambiental na formação de cidadãos críticos, reflexivos e questionadores da realidade na qual estão inseridos, compreende-se a importância de iniciar sua inserção já na primeira etapa da Educação Básica (RODRIGUES; SAHEB, 2018). A EA introduzida na EI pode gerar mudanças de pensamentos e transformação de valores e atitudes que serão de grande importância para promover uma nova postura diante do meio em que vivemos (RODRIGUES; SAHEB, 2015). Sabendo que a EI tem como principal objetivo formar os indivíduos em sua integralidade, ressalta-se que a EA, para além do contato com a natureza, busca a interdisciplinaridade, a construção de caráter, do senso de solidariedade e de justiça.



## **#QUESTIONE E #REFLITA**

**QUAIS CARACTERÍSTICAS DA PRÁTICA DOCENTE  
PRIVILEGIA O CONTATO DAS CRIANÇAS COM  
ELEMENTOS NATURAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL?**



## ITINERÁRIO DE APRENDIZAGEM

De acordo com Morin (2000), é necessário que a educação do futuro ensine a identidade terrena. Para isso, é necessário aprender a estar no planeta, o que significa aprender a viver, a dividir e a se comunicar. Portanto, a Educação Infantil deve iniciar desde cedo um trabalho voltado para Educação Ambiental, pois é importante que o ser humano se enxergue como parte da natureza e também se conscientize sobre as consequências de seu uso.

Na Educação Infantil podemos trabalhar o contato com o meio natural partindo da interação, da socialização de ideias e da troca de informações, analisando o espaço e as relações que se estabelecem nele. Sendo assim, nesse nível da Educação Básica, o brincar e a ludicidade devem estar presentes no processo de ensino e aprendizagem por meio de atividades que possibilitem a criança refletir sobre o seu contexto. Denota-se, assim, a importância do trabalho docente em introduzir a questão ambiental em sua prática.

É necessário, portanto, que o professor planeje essas vivências a fim de garantir os seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças: conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se (BRASIL, 2017). Proporcionar às crianças o contato com elementos naturais desde cedo pode contribuir na formação de seres humanos com consciência ambiental. Entretanto, cabe destacar que isto ocorre a partir de práticas docentes sustentáveis que se caracterizam por estar ligadas às questões ambientais, o que pressupõem mudanças de hábitos, de atitudes e de comportamento.

Este volume propõe uma reflexão sobre a Educação Ambiental na Educação Infantil que promove valores éticos e potencializa o ser humano a desenvolver atitudes responsáveis e solidárias, buscando ações conscientes e uma postura crítica na sociedade.

## A EDUCAÇÃO AMBIENTAL INSERIDA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Ambiental surge a partir de movimentos ecológicos que buscavam uma prática de sensibilização das pessoas para a finitude e a má distribuição dos recursos naturais (CARVALHO, 2012). Seu conceito foi criado em meados dos anos 60, em um contexto de grande exploração dos recursos naturais, avanço do conhecimento científico e ampliação do movimento ambientalista.

Já no Brasil ela surge com o estabelecimento da Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA (BRASIL, 1981) como consequência da Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental de Tbilisi em 1977, que apresentava em seu segundo artigo o objetivo de capacitar a comunidade para a “participação ativa na defesa do meio ambiente”, apontando a importância da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino.

A Constituição de 1988, em seu artigo 225 do capítulo VI (do Meio Ambiente), reforça a responsabilidade do Poder Público na promoção da EA em todos os níveis de ensino e da conscientização pública para a preservação do meio ambiente (BRASIL, 1988). Neste artigo, o meio ambiente é considerado como um bem comum e essencial para a qualidade de vida, sendo sua preservação responsabilidade das gerações atuais e futuras.

Na década de 90, por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (BRASIL, 1996) e dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN (BRASIL, 1998), o Ministério de Educação e Cultura (MEC) introduz o ensino da temática ambiental no Ensino Fundamental como uma perspectiva da educação, ou seja, permeando todas as disciplinas. Apesar da LDB (BRASIL, 1996) não apresentar nenhuma menção específica ao ensino da Educação Ambiental no ano em que foi aprovada, esta lei retrata tanto a inserção da EA quanto da EI no Currículo da Educação Básica. Por sua vez, os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998) apresentam a EA como tema transversal que está

presente em 3 dos 10 volumes referentes às áreas de conhecimento: Ciências Naturais, Meio Ambiente e Temas Transversais.

No âmbito da Educação Infantil, em 1998 foi publicado o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), documento que considera o meio ambiente como parte do conhecimento de mundo (BRASIL, 1998), e um de seus eixos de trabalho intitula-se “Natureza e Sociedade”, que tem o intuito de trabalhar esta relação de maneira integrada, inserindo temas referentes ao mundo natural e social.

Somente em 1999, no entanto, foi criado o mecanismo legal para a efetivação da Educação Ambiental em todos os níveis do ensino formal pela Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999), que estabelecia, no artigo 10, que a EA deveria ser desenvolvida como prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal (BRASIL, 1999). Em 2012, foi aprovada a Diretriz Curricular Nacional para a Educação Ambiental (BRASIL, 2012a), que trouxe como norma a implementação da EA em todos os níveis de ensino, além de reafirmar a Lei nº 9.795/1999, mencionando que a EA deve ser introduzida de maneira interdisciplinar.

A BNCC (BRASIL, 2017, p. 40) faz referência ao contato com a natureza no campo de experiência “Espaço, tempo, quantidades, relações e transformações”, enfatizando que as crianças “demonstram também curiosidade sobre o mundo físico (seu próprio corpo, os fenômenos atmosféricos, os animais, as plantas, as transformações da natureza, os diferentes tipos de materiais e as possibilidades de sua manipulação) e o mundo sociocultural.”

Existem várias definições de Educação Ambiental, já que ela esteve associada a diferentes valores e interesses ao longo da história. Este desenvolvimento de diferentes orientações metodológicas e políticas, segundo Sauv  (2005, p. 17), propõem diversas maneiras de conceber e de praticar a a o educativa, pois “apesar da sua preocupa o comum com o meio ambiente e do reconhecimento do papel central da educa o para a melhoria da rela o

com este último, os diferentes autores [...] adotam diferentes discursos sobre a EA". A autora organiza as diferentes correntes em categorias, com o intuito de caracterizá-las descrevendo pontos em comum, divergências, oposições e complementaridades. De acordo com Sauv  (2005, p. 17), as correntes se referem a "uma maneira geral de conceber e praticar a EA", o que significa que uma pluralidade e diversidade de proposi es podem se incorporar em uma mesma corrente.

Para essa sistematiza o, Sauv  (2005) divide as correntes da EA em dois grupos: o primeiro apresenta as correntes mais utilizadas nas décadas de 70 e 80, como a naturalista, conservacionista/recursista, resolutiva, sist mica, científica, humanista e moral/ tica; e o segundo, que cont m as correntes mais recentes, como a holística, biorregionalista, prática, crítica, feminista, etnográfica, da ecoeduca o e da sustentabilidade.

Denota-se, assim, as correntes de EA como instrumento para reflexão e análise de um processo de forma o em EA coerente com a proposta deste volume, neste caso, pela via da Teoria da Complexidade de Morin. Cabe destacar que a EA,   luz da Complexidade,

[...] não se restringe   corrente crítica, havendo correla es também com os objetivos propostos pela corrente sist mica, holística, da sustentabilidade, humanista e moral/ tica, isto se deve ao fato de que ambas se aproximam no que diz respeito   rela o solidária entre sociedade e natureza ou são partidárias do pensamento complexo. (SAHEB; ASINELLI-LUZ, 2013, p. 29688)

Nesta perspectiva, defende-se a prática docente em consonância principalmente com a corrente crítica que ressalta a discussão e a problematiza o da rela o entre a sociedade e a natureza, analisando as dinâmicas sociais que se encontram na base das realidades e problemáticas ambientais. A Educa o

Ambiental defendida também apresenta características das correntes holística, da sustentabilidade, humanista e moral/ética.

Nesse sentido, a corrente holística tem como objetivo o desenvolvimento de uma visão global de meio ambiente a partir de suas inter-relações, o que culminaria nas tomadas de decisões adequadas. A corrente humanista “dá ênfase à dimensão humana do meio ambiente, construído no cruzamento da natureza e da cultura” (SAUVÉ, 2005, p. 25), compreendendo que a relação com o meio ambiente se estabelece a partir da cultura e do contexto. Por sua vez, a corrente moral/ética defende a EA voltada para a construção de valores ambientais por considerar o fundamento da relação com o meio ambiente de ordem ética (SAUVÉ, 2005). Já a corrente da sustentabilidade defende a perspectiva do desenvolvimento sustentável com o intuito de contribuir para transformar os modos de produção e de consumo.

A partir disso, podemos concluir que a Educação Ambiental vai muito além de apenas falar do meio ambiente, uma vez que requer também uma postura ética em relação à sociedade. Partindo deste pressuposto, compreende-se que a EA como uma educação que prepara para a cidadania, prevendo a formação integral do sujeito, abrangendo o ambiente social e natural, conforme define as DCNEA:

A Educação Ambiental visa à construção e ao desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores sociais, voltados para a conservação do meio ambiente natural e construído, essencial para a qualidade de vida e sua sustentabilidade. (BRASIL, 2012a, p. 2)

Seguindo esta perspectiva, propõe-se a EA a partir da Teoria da Complexidade, como um processo de formação dinâmico, permanente e participativo, a partir do qual se possibilita às pessoas envolvidas a busca de alternativas para a redução de impactos ambientais.

Destaca-se a Educação Infantil como uma etapa significativa da Educação Básica para iniciar o contato da criança com a natureza, já que estes momentos podem contribuir para a construção da socialização infantil voltada à conscientização ambiental. Segundo Tiriba (2010, p. 9):

[...] não apenas as salas de aula, mas todos os lugares são propícios às aprendizagens: terreiros, jardins, plantações, criações, riachos, praias, dunas, descampados; tudo que está entorno do bairro, a cidade, seus acidentes geográficos, pontos históricos e pitorescos, as montanhas, o mar... Além de se constituírem com espaços de brincar livremente e relaxar, estes locais podem também ser explorados como lugar de ouvir histórias, desenhar e pintar, espaços de aprendizagem, em que se trabalha uma diversidade de conhecimento. Portanto, acredita-se que através da construção de conhecimentos ambientais, para uma perspectiva da cidadania, a escola e seus profissionais estarão cumprindo seu papel diante da sociedade, criando propostas pedagógicas que compreendam o desenvolvimento social e sustentável, voltados para a temática ambiental.

Proporcionar experiências significativas e a exploração do meio no qual a criança está inserida aponta para alternativas de EA centradas no interesse de nossos estudantes. Desta maneira, acredita-se que a EA se apresenta hoje como um modelo de educação que pode contribuir com mudanças envolvendo estilos sustentáveis de vida, ética, padrão cultural e equidade compatíveis com a Sustentabilidade.

## **A RELAÇÃO DA CRIANÇA COM A NATUREZA**

A conexão com a natureza traz muitos benefícios para a saúde e colabora para o desenvolvimento integral da criança: intelectual, emocional, social e físico. Cabe destacar que crianças

que brincam na natureza têm mais consciência sobre o valor da vida, portanto esta relação precisa ser desenvolvida desde cedo.

Louv (2016) considera um sério risco para o desenvolvimento das crianças a ausência de momentos em contato com a natureza, situação que denomina “Transtorno do Déficit de Natureza”, termo criado pelo autor que se refere às mudanças de comportamentos e de saúde em crianças que não possuem este contato com o meio ambiente; um termo que descreve a desconexão com a natureza que vem crescendo cada vez mais nas gerações mais novas. Em sua obra, o autor afirma que as experiências com a natureza são um direito das crianças, tendo em vista que são tão importantes quanto outros aspectos no seu desenvolvimento (LOUV, 2016).

Todas estas questões levantadas sobre a relação da criança com a natureza vêm ao encontro das indagações que são realizadas nas escolas sobre a EA. Este tema contribui no processo de transformação dos seres, principalmente dos agentes futuros que são as crianças. Em outras palavras:

O contato com a natureza, a sua exploração e experimentação além de proporcionar a socialização e um modo de vida mais saudável, contribui para uma crescente transformação no cuidado e na responsabilidade com o meio ambiente, tornando as crianças como parte dele. (BUSIK; SOLETTI; CAON, 2018, p. 226)

As crianças são definidas, pela Constituição Brasileira (BRASIL, 1988), como sujeitos de direitos. Assim, do ponto de vista legal, é dever das escolas incorporar a seus projetos político-pedagógicos (PPP) a escuta dos desejos infantis de conexão, proporcionando espaços e tempos para a expressão desta conexão das crianças com a natureza. O pleno acesso à natureza é um direito humano (TIRIBA; PROFICE, 2014) afirmado em documentos oficiais da educação nacional, tal como a Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 1999) e, mais recentemente, as Diretrizes Nacionais para a

Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2012b), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (BRASIL, 2012c) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena (BRASIL, 2012d). Nas palavras de Marilena Chaui (2001, p. 51), a Natureza “é o princípio ativo que anima e movimenta os seres. [...] força espontânea capaz de gerar e de cuidar de todos os seres por ela criados e movidos”. Portanto, ela é a vida que se expressa em todos os seres, coisas e fenômenos.

As crianças declaram sua paixão pelo ar livre, porque são modos de expressão da natureza (ESPINOSA, 1983), pois cooperação, tendência de associação e estabelecimento de ligação são características dos organismos vivos (BOFF, 1999). Ressalta-se, assim, a importância da prática docente de refletir sobre as relações estabelecidas do ser humano com a natureza, com o intuito de contribuir para o desenvolvimento integral de seus alunos.

O contato direto com a natureza é, para Peralta (2002), uma maneira de estimular a percepção e interpretação ambiental. Seguindo esta perspectiva, Mendonça (2007) defende a interação com a natureza por meio de métodos exploratórios, com a participação criativa dos envolvidos, ampliando e aprofundando o conhecimento, influenciando seu refletir e pensar. Piorski (2016, p. 80) destaca que é a partir da imaginação que “os brinquedos e brincadeiras e o contato com a natureza permitem que a criança possa simbolizar o mundo e, a partir disso, experimentar as diferentes formas de saber e fazer, instaladas na realidade cotidiana”.

Sendo assim, as experiências da criança com a natureza são fundamentais para a constituição de relações, a partir das quais ela aprende a sentir, além dos diferentes modos de pensar, participar e de sentir o mundo. As crianças, desde muito pequenas, constroem habilidades para conhecer e explorar o mundo em que estão inseridas. Nas palavras de Larrosa:

A experiência não é outra coisa senão a nossa relação com o mundo, com os outros e com nós mesmos. Uma relação em algo que nos passa, nos acontece. Então o

desejo de realidade está ligado à experiência, no sentido de que o real só acontece se experimentado: o real é o que nos passa, nos acontece na experiência. (LARROSA, 2008, p. 186-187)

Então, pode-se afirmar que é através da experiência, no sentido proposto por Larrosa (2008), que a criança vai constituindo o mundo. Por isso, é fundamental que o professor proporcione um ambiente no qual aconteçam trocas de experiências, discussões e interações entre as crianças, o professor e o ambiente. Esse contato com a natureza contribui para a formação integral dos sujeitos, porém, como profissionais da educação, não podemos focar apenas no contato com o meio ambiente. As questões referentes à democracia, à sustentabilidade e à valorização da cultura podem ser abordadas nestes momentos, sempre levando em conta a faixa etária e o desenvolvimento das crianças com que estamos trabalhando.

Nesta perspectiva, Carvalho (2012) ressalta a importância de se pensar sobre a formação de cidadãos voltada para uma nova postura diante das questões ambientais. Sua reflexão sobre a Educação Ambiental destaca que a contribuição para a formação de um pensar ecológico analítico e crítico sobre os problemas ambientais que afetam a humanidade envolve a formação ética e ecológica dos cidadãos e das mudanças nos padrões de consumo na sociedade atual. De acordo com Carvalho (2012, p. 23), “o sujeito ecológico constitui-se tanto num modelo de identificação para os indivíduos quanto num horizonte sócio-histórico de justiça ambiental para uma educação ambiental emancipatória”. Na visão da autora, é a partir do desenvolvimento de uma consciência crítica em relação aos problemas socioambientais que contribuimos para as transformações nos atuais padrões de utilização dos recursos naturais.

Para aprender a problemática ambiental, é necessária uma visão complexa de meio ambiente (CARVALHO, 2012); é necessário compreender que a natureza integra uma rede de relações naturais, sociais e culturais, portanto a prática docente deve ser pensada com o intuito de promover uma EA que fomente “sensibilidades afetivas

e capacidades cognitivas para uma leitura de mundo do ponto de vista ambiental" (CARVALHO, 2012, p. 62). Logo, cabe ao professor (re)pensar sua prática docente a partir do desenvolvimento de vínculo afetivo entre a criança e a natureza, proporcionando a exploração dos elementos naturais de forma que as crianças possam exercer seu protagonismo no processo de ensino e aprendizagem, desenvolvendo sua visão de mundo.

## **A PRÁTICA DOCENTE QUE POSSIBILITA EXPLORAR OS ELEMENTOS NATURAIS**

Tendo em vista que é a partir do trabalho com o desenvolvimento de um vínculo afetivo entre a criança e a natureza que contribuímos para a sensibilização das questões ambientais, a prática docente na Educação Infantil precisa estimular o contato da criança com temas relacionados ao meio ambiente, por meio da vivência (SAHEB; ALVES, 2013). Nesse sentido, deve-se explorar os momentos de inter-relações, de diálogo, e principalmente, a curiosidade das crianças com os elementos naturais, para abordar estas questões relacionadas à dimensão cultural e a social.

Para Tardif (2010), a prática docente está relacionada com o sujeito, sua identidade, cultura, história, e sua experiência profissional. Partindo desta perspectiva,

**“ a prática docente na Educação Infantil deve ter como foco a construção de valores socioambientais, a partir de saberes locais e tradicionais aliados aos científicos, considerando a realidade das crianças e de sua comunidade.**

Ao compreender que se aprende e se ensina por meio de experiências que se estabelecem nas relações, e que isso se dá de

forma planejada na escola, entende-se que essas experiências devem ser pensadas de acordo com a intencionalidade do professor com o intuito de possibilitar o desenvolvimento integral de nossas crianças. É fundamental que o professor valorize o conhecimento prévio de seus alunos, organizando as atividades através de seus questionamentos e dúvidas, buscando o que é significativo para a vida de cada criança.

Logo, é necessário que o professor desperte em seus alunos a curiosidade do saber, do descobrir e de explorar as coisas, contribuindo para uma relação professor/aluno, na qual juntos criem uma aprendizagem significativa, possibilitando ao estudante ser protagonista de sua aprendizagem.

Considera-se o planejamento como uma ferramenta que auxilia o docente a organizar um processo de ensino-aprendizagem de qualidade, considerando as características do aluno na elaboração do planejamento e associando os conteúdos que configuram essa etapa da Educação Básica, o que exige do docente uma postura dinâmica e crítica. Tendo em vista a dificuldade das crianças de se concentrarem por um longo período, “torna-se necessário, além de uma dinâmica que favoreça o movimento, uma alternância relativa entre as atividades propostas” (RUFFINO, 2003, p. 19). Também é fundamental levar em conta que as atividades propostas devem partir da realidade específica na qual a criança está inserida, oportunizando pensar sobre os problemas socioambientais.

Entende-se o protagonismo da criança como a participação em um tempo e espaço no qual elas decidem, intervêm e influenciam as relações, as decisões que dizem respeito ao seu cotidiano. Cabe destacar que o estudo da natureza de forma lúdica e criativa possibilita à criança perceber a riqueza natural em que está envolvida o que contribui para o desenvolvimento de uma maior afetividade com o meio no qual vive. Para Cornell (1997, p. 13):

À medida que começamos a sentir uma comunhão com os seres vivos que nos rodeiam, nossas atitudes tornam-se mais harmoniosas e fluem com naturalidade, e, por conse-

guinte, passamos a nos preocupar com as necessidades e o bem-estar de todas as criaturas.

Nesse sentido, Cornell desenvolve, desde a década de 70, atividades, jogos e exercícios que proporcionam uma aproximação e interação do indivíduo com o meio ambiente, propondo “processos de autoconhecimento, de abertura para a experimentação com os seres vivos e um profundo conhecimento e respeito pela natureza humana” (MENDONÇA, 2000). Compreende-se, a partir das ideias de Cornell (2005), que a criança só percebe a responsabilidade que tem de cuidar da natureza e do ambiente a partir de sua vivência direta na natureza. Isto porque ele considera:

[...] importante que um adulto partilhe seus sentimentos com as crianças. Somente quando compartilhamos nossos mais profundos pensamentos e sentimentos é que transmitimos aos outros – os inspiramos – o amor e o respeito pela Terra. Ao expor nossas ideias e sentimentos, incentivamos a criança a explorar respeitosamente seus próprios sentimentos e percepções, surgindo daí uma extraordinária amizade e confiança mútua entre o adulto e a criança. (CORNELL, 2005, p. 27)

A Educação Ambiental, ao estimular o contato com a natureza, busca reintegrar o ser humano com a natureza, visando desenvolver uma consciência crítica e transformadora. Para isso, este contato precisa ser planejado promovendo “comportamentos inovadores e criadores de novos modos de viver; de novas culturas” (MENDONÇA, 2007, p. 120). Nessa perspectiva, o diálogo interdisciplinar é a base para uma prática docente que contribui para a compreensão da complexidade da realidade e das problemáticas socioambientais, partindo do pressuposto que o saber ambiental, crítico e complexo se constrói por meio do diálogo de saberes em um intercâmbio de conhecimentos. Saheb e Asinelli-Luz (2013, p. 195) afirmam que:

Pensar a EA sob a perspectiva da complexidade exige vencer o desafio da fragmentação e da ciência determinista que permeia as práticas pedagógicas e os currículos de formação inicial do profissional da educação.

Nesse sentido, a articulação entre educação e meio ambiente demanda um processo pedagógico voltado para a construção do conhecimento interdisciplinar que propõe a reflexão das questões ambientais por meio de uma prática que proporcione o pensamento crítico.

## “ **A prática docente realizada na Educação Infantil deve ser contextualizada para contribuir na construção da criticidade e da reflexão das crianças.**

No que diz respeito especificamente à Educação Ambiental, ela deve ser pautada em um processo de transformação social que, segundo Loureiro (2012, p. 17), precisa ser baseada e:

[...] inspirada no diálogo, no exercício da cidadania, no fortalecimento dos sujeitos, na criação de espaços coletivos de estabelecimento de regras de convívio social, na superação das formas de dominação capitalistas, na compreensão do mundo em sua complexidade e da vida em sua totalidade.

Contudo, deve-se respeitar e estimular a curiosidade das crianças pela natureza, promovendo diferentes momentos nos quais práticas educativas reflexivas e fundamentadas no saber ambiental dialoguem com as necessidades do contexto, contribuindo para uma visão ética de responsabilidade pessoal e social em relação com o meio ambiente e um futuro sustentável. Nesse contexto, cabe a estes profissionais da educação adotarem uma postura crítica em conjunto com uma prática docente pertinente às especificidades da Educação Infantil.

Com o intuito de introduzir a questão ambiental de forma sensibilizadora, o professor contribui para a percepção das crianças em relação ao cuidado e respeito com a natureza, voltando sua prática docente para o compromisso social com o meio ambiente.

Levando em consideração estes aspectos, considera-se que a prática docente que privilegia o contato com elementos naturais promove a interação, estimula o cuidado e a preservação da natureza, além de contribuir para a construção do conhecimento voltado para a sustentabilidade da vida na Terra. Portanto, como profissionais da educação, é necessário, mais do que trabalhar com informações e conceitos, trabalhar com atitudes, contribuindo para a formação em valores pautados na ética, na cooperação e no respeito.

## **A RELAÇÃO DA CRIANÇA COM A NATUREZA E A PRÁTICA DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

A Educação Ambiental tem como principal objetivo contribuir para a formação de sujeitos críticos, reflexivos e criativos, com atitudes baseadas no respeito à vida, por isso a temática ambiental deve ser introduzida na Educação Infantil de forma que as crianças sejam estimuladas a construir conhecimentos com o intuito de compreender e repensar esta problemática. Para tanto, a prática docente precisa proporcionar momentos permeados pelo diálogo que contribuam para que as crianças reflitam sobre o contexto no qual vivem, analisando suas relações com os objetos, com o meio e com as pessoas.

Nessa perspectiva, Bissaco e Bonotto (2017) analisam a prática docente de uma professora da pré-escola, destacando que as atividades, direcionadas para um viés mais estético, têm como intuito contribuir para a construção de valores voltados ao meio ambiente.

Por sua vez, a pesquisa de Capitulino e Almeida (2014), intitulada “Professores da Educação Infantil e a prática da Educação Ambiental: contexto educativo”, é um estudo sobre o entendimento dos professores a respeito da Educação Ambiental

no contexto da Educação Infantil e as concepções das crianças a partir de uma prática docente com apoio de imagens e livros de literatura, voltadas para a preservação do meio ambiente.

Apesar de ressaltarem a importância do contato das crianças com os elementos naturais, as pesquisadoras apontam que a falta do contato com elementos naturais foi uma grande surpresa. Portanto, em sua análise destacaram algumas problemáticas no que tange ao incentivo da instituição educativa à prática de Educação Ambiental,

[...] pois ao mesmo tempo em que o espaço é arborizado e espaçoso, as crianças ficam limitadas para utilizar o próprio espaço. O parque, por sua vez, apresenta grande resíduo de sujeira, conseqüentemente, evita-se a utilização com o objetivo de diminuir o agravamento de doenças. (CAPITULINO; ALMEIDA, 2014, p. 130)

Ao problematizar as características do pensamento e da ação de professores da Educação Infantil sobre a temática ambiental, Saheb (2017) constatou que todos concordam com a inserção da EA na EI e alegam trabalhá-la em suas turmas. Entretanto, as atividades trabalham principalmente a reutilização de materiais recicláveis, observação da natureza e horta.

Da mesma forma, Manzini *et al.* (2014) analisam um projeto desenvolvido com crianças de 5 anos sobre lixo, voltado para a conservação do meio ambiente. Ao identificar a necessidade de trabalhar o tema com a comunidade, foram proporcionadas atividades que abordassem a reutilização de materiais, tendo como objetivo “despertar na criança um olhar para o reaproveitamento de materiais recicláveis, bem como a importância na redução do consumo de materiais, a fim de preservar os recursos naturais” (MANZINI *et al.*, 2014, p. 193). Os autores afirmam que “foi possível observar o crescimento, o envolvimento, a cooperação e algumas mudanças de atitudes, o respeito e a socialização das crianças, frente às proposições da educação ambiental” (MANZINI *et al.*, 2014, p. 205).

Os principais desafios e dificuldades apontados envolveram aspectos sobre a interdisciplinaridade, a presença da Educação Ambiental nos currículos das escolas e na formação dos docentes. A respeito das práticas docentes de Educação Ambiental voltadas para a Educação Infantil, de maneira geral, as pesquisas declaram uma dificuldade de superação das propostas essencialmente conservacionistas e naturalistas que constam também em alguns currículos, mesmo que as DCNEA regulamentem que:

Art. 6º A Educação Ambiental deve adotar uma abordagem que considere a interface entre a natureza, a sociocultura, a produção, o trabalho, o consumo, superando a visão despolitizada, acrítica, ingênua e naturalista ainda muito presente na prática pedagógica das instituições de ensino. (BRASIL, 2012a, p. 2)

Nesse sentido, evidencia-se a necessidade do contato com elementos naturais, já que estas experiências possibilitam às crianças a sensibilização com a temática socioambiental. Segundo Mendonça (2005, p. 537), estes momentos “[...] promovem o aprimoramento das relações dos indivíduos, consigo mesmos e auxiliam a tornar conscientes as relações que as pessoas têm umas com as outras e com o meio natural”. Consequentemente, a prática docente, para além de considerar o interesse dos alunos e a importância do trabalho com problemas reais do contexto educativo, deve proporcionar momentos nos quais a criança seja protagonista.

Denota-se, entretanto, que este contato com os elementos naturais fica limitado nas práticas docentes analisadas, muitas vezes pelas condições estruturais das instituições, além de estar presente em atividades pontuais como horta, composteira e minhocário. Isso evidencia que os professores apresentam algum conhecimento sobre Educação Ambiental e reconhecem a importância dessa temática na Educação Infantil, porém estes aspectos ainda são insuficientes para desdobramentos de práticas significativas de EA na EI.

## CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL IDENTIFICADAS NAS PRÁTICAS DOCENTES

As práticas docentes analisadas pelos pesquisadores estão relacionadas aos problemas ambientais que necessitam ser trabalhados no contexto escolar. Também é destacada a importância da Educação Ambiental para a sociedade, pois é a partir do trabalho com a temática que se possibilita o desenvolvimento da criticidade e dos questionamentos sobre a realidade dos sujeitos, o que pode proporcionar mudanças positivas para as futuras gerações.

As concepções de Educação Ambiental identificadas na prática docente de profissionais da Educação Infantil apresentam um enfoque naturalista, na qual o sujeito é observador externo e não parte integrante da natureza, além de uma forte perspectiva conservacionista que ressalta a importância da conservação do meio ambiente, bem como a importância na redução do consumo de materiais, a fim de preservar os recursos naturais.

Ao apontar a falta da Educação Ambiental nos currículos e nos PPP das instituições participantes, Capitulino e Almeida (2014, p. 131) afirmam que “no que se refere à presença da EA no Projeto Político Pedagógico, fala-se que o mesmo está sendo atualizado. As dificuldades encontradas dizem respeito à falta de (in)formação pela parte docente e gestão”. Por sua vez, Saheb (2017, p. 147) aponta que “percebeu-se a predominância de um enfoque naturalista, de um sujeito como observador externo e não como parte integrante da natureza” nos documentos que regem a proposta curricular da escola e no PPP da instituição “foram encontrados temas referentes aos fenômenos naturais [...], porém são temas que não demonstram no documento, nenhuma reflexão ou menção à EA” (SAHEB, 2017, p. 148).

Identifica-se a predominância de uma concepção voltada à preservação da natureza. Por exemplo, a análise do projeto pautado na conservação do meio ambiente e, conseqüentemente, na ideia dos 3 Rs, realizada por Manzini *et al.* (2014) apontam que “foram utilizados diferentes procedimentos, métodos e atividades para alcançar o objetivo, ou seja, sensibilizar as crianças do ensino

infantil e seus respectivos familiares sobre o conceito, o objetivo e profundidade do tema 3 Rs” (MANZINI *et al.*, 2014, p. 197). Isto denota a presença da concepção conservacionista, cuja atenção da prática docente está centrada na conservação dos recursos e na preocupação com a administração do meio ambiente.

Capitulino e Almeida (2014) também enfatizam que as concepções de EA partem do conceito de que ambiente é sinônimo de natureza. Em suas palavras:

A ideia do ser humano pertencer a esse meio ainda é obscura. O ambiente, portanto, é trabalhado com o contato das crianças e a natureza de forma a preservá-lo. Imagens e músicas são mostradas para incentivar o cuidado com a natureza. Da mesma maneira, a reciclagem é trabalhada para conscientização das crianças. As mesmas possuem o entendimento de preservação do meio ambiente como natureza. (CAPITULINO; ALMEIDA, 2014, p. 130)

Da mesma forma, Saheb (2017) constata que em ambas as instituições participantes, tanto a pública quanto a privada, a EA acontece por meio de conteúdos relativos à conservação da natureza e utilização de recursos naturais sem problematização e contextualizações dos temas. Em suas palavras:

Após criteriosa análise das concepções dos educadores sobre EA, identificou-se a necessidade da superação do senso comum quanto ao tema, elemento preocupante visto que o profissional atrela sua prática à teoria adquirida em suas vivências acadêmicas ou cotidianas. (SAHEB, 2017, p. 151)

A função da Educação Ambiental não é transferir conhecimentos sobre o meio ambiente, pois quando inserido o debate sobre esta temática no processo de ensino e aprendizagem, deve-se ter como intuito possibilitar uma reflexão crítica sobre a relação do homem com a natureza. Seguindo uma perspectiva mais crítica e

dialógica, a prática docente voltada para a Educação Infantil precisa provocar curiosidade no que se refere à relação *homem, meio e ambiente*. De acordo com, Carvalho (2012, p. 158):

[...] a EA pretende provocar processos de mudanças sociais e culturais que visam obter do conjunto da sociedade tanto a sensibilização à crise ambiental e à urgência em mudar os padrões de uso dos bens ambientais quanto o reconhecimento dessa situação e a tomada de decisões a seu respeito [...]

Saheb (2017, p. 155) afirma que “existe um longo caminho a seguir na formação inicial e continuada de professores que acolha os princípios da EA para que se contribua para a construção de um pensamento baseado no diálogo e nas inter-relações existentes entre a humanidade e o ambiente.” Sendo assim, a formação dos professores assume um papel de destaque para que estes possam promover aprendizagens mais significativas por meio das práticas em Educação Ambiental.

## **ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Entende-se que a prática docente, segundo Tardif (2010), é o momento em que o professor ressignifica os saberes e conhecimentos adquiridos anteriormente e/ou durante a sua atuação profissional, pois

A prática cotidiana da profissão não favorece apenas o desenvolvimento de certezas ‘experenciais’, mas permite também uma avaliação de outros saberes, através da sua retradução em função das condições limitadoras da experiência. Os professores não rejeitam os outros saberes totalmente, pelo contrário, eles os incorporam à sua prática, retraduzindo-os porém em categorias do seu próprio discurso. (TARDIF, 2010, p. 53)

As atividades desenvolvidas com as crianças da Educação Infantil tratam muito da conservação do meio ambiente e da utilização adequada dos recursos naturais. Nesse sentido, Capitulino e Almeida (2014, p. 130) afirmam que “imagens e músicas são mostradas para incentivar o cuidado com a natureza. Da mesma maneira, a reciclagem é trabalhada para conscientização das crianças”. A prática docente analisada pelas autoras não proporcionou o contato com elementos naturais, as atividades propostas se limitaram a discutir a preservação do meio ambiente abordando a reciclagem, sem proporcionar o contato com a natureza.

Para Tiriba (2007), as atividades ao ar livre são fundamentais para o desenvolvimento das crianças, pois proporcionam experiências de contato com a natureza. De acordo com a autora, as propostas educativas para a primeira infância requerem “[...] rotinas que não fragmentem o sentir e o pensar, que estejam atentas às vontades do corpo, que não aprisionem os movimentos” (TIRIBA, 2007, p. 223).

Nesta perspectiva, Manzini *et al.* (2014) analisam como a prática docente possibilitou, por meio do projeto sobre os 3 Rs, diferentes momentos de reflexão sobre a realidade da comunidade escolar, abordando diversos assuntos como: alimentação saudável, reciclagem e sustentabilidade. Segundo os autores:

Foram realizadas diversas atividades com os familiares e alunos, desde palestras, confecção de jogos didáticos, instrumentos musicais, receitas de cozinha, minicomposteira, bem como cartaz que foi exposto ao final do projeto na própria escola para acesso dos demais membros da comunidade escolar. (MANZINI *et al.*, 2014, p. 194)

A El deve introduzir, de forma interdisciplinar, a temática ambiental com o intuito de estimular as crianças a construir conhecimentos acerca dos temas socioambientais, visando

[...] superar o senso comum, a desenvolver capacidades de se sensibilizar, compreender e repensar a problemática

socioambiental e finalmente desenvolver valores socioambientais, como alicerce para as ações dos sujeitos no seu cotidiano e na vida em sociedade. (SAHEB, 2017, p. 144)

Explorar a Educação Ambiental de forma interdisciplinar ainda é um grande desafio, tendo em vista que é necessária uma maior interação entre os docentes, buscando desenvolvimento de projetos e propostas que articulem as demais disciplinas.

A prática docente analisada por Bissaco e Bonotto (2017) privilegia a roda de conversa, a contação de histórias e as atividades sensoriais. A partir de um filme, do levantamento dos conhecimentos prévios das crianças e da observação do espaço, bem como da leitura de livros literários e textos poéticos que tratavam sobre bichos, foi discutida a importância da conservação do meio ambiente e dos espaços verdes, não só para os seres humanos, mas também para os animais.

Tendo em vista as consequências que a pandemia proporcionou no modo como percebemos e interagimos com a natureza, como profissionais da educação, precisamos refletir sobre nossa prática docente com o intuito de possibilitar que nossos estudantes desenvolvam uma consciência ecológica que compreenda a complexidade das interações naturais, sociais e culturais. Logo,

**“ as práticas docentes voltadas para  
temáticas socioambientais na Educação  
Infantil devem ser permeadas pelo diálogo  
e visar à autonomia das crianças, criando  
condições para que o sujeito saiba julgar  
criticamente a realidade.**

Percebe-se o predomínio de práticas naturalistas e conservacionistas que propõem atividades pontuais sobre temáticas ambientais que, apesar de em sua maioria serem contextualizadas, ainda precisam criar condições para que o sujeito possa julgar cri-

ticamente seu contexto. Destaca-se que a análise da concepção de Educação Ambiental dos professores evidencia perspectivas mais naturalistas e conservacionistas.

Entretanto, defende-se práticas de Educação Ambiental pautadas na interdisciplinaridade em conjunto com a formação docente dos profissionais da Educação Infantil e da discussão da EA por parte das escolas. Apesar das práticas docentes valorizarem o contato com a natureza, este contato com os elementos naturais é limitado, muitas vezes pelas condições estruturais das instituições, além de estar presente em atividades pontuais como horta, composteira e minhocário.

Nesta perspectiva, a prática docente que privilegia o contato com elementos naturais deve ser pautada no trabalho com atitudes, com a formação em valores embasados na ética, na cooperação e no respeito. Portanto, verifica-se a necessidade de produções científicas que abordem a Educação Ambiental na Educação Infantil, justamente por esta ser uma etapa da Educação Básica fundamental para o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes que ultrapassem o cuidado com a natureza, mas que possibilitem aos indivíduos (re)pensar sua visão do mundo a partir das interrelações que estabelecem com o meio, os objetos e as pessoas.



## SÍNTESE DO APRENDIZADO

### A EDUCAÇÃO AMBIENTAL:

- ▶ É uma prática educativa integrada, contínua e permanente;
- ▶ Possibilita o compromisso social com o meio ambiente por parte dos estudantes desde a Educação Infantil;
- ▶ Visa à construção e ao desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores sociais, voltados para a conservação do meio ambiente natural e construído;
- ▶ É de grande relevância na formação de cidadãos críticos, reflexivos e questionadores da realidade na qual estão inseridos.

### A PRÁTICA DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL:

- ▶ Estimula o contato da criança com temas relacionados ao meio ambiente, por meio da vivência;
- ▶ Deve explorar os momentos de inter-relações, de diálogo e a curiosidade das crianças com os elementos naturais;
- ▶ Enfoca a construção de valores socioambientais, a partir de saberes locais e tradicionais aliados aos científicos, considerando a realidade das crianças e de sua comunidade;

- ▶ Promove a interação, estimula o cuidado e a preservação da natureza, além de contribuir para a construção do conhecimento voltado para a sustentabilidade da vida na Terra.

## AS ATIVIDADES DE EA DESENVOLVIDAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL:

- ▶ Tratam da conservação do meio ambiente e da utilização adequada dos recursos naturais;
- ▶ Proporcionam momentos de reflexão sobre a realidade da comunidade escolar, abordando assuntos como alimentação saudável, reciclagem e sustentabilidade;
- ▶ Estimulam as crianças a construir conhecimentos acerca dos temas socioambientais;
- ▶ Possibilitam aos estudantes (re)pensar sua visão do mundo a partir das interrelações que estabelecem com o meio, os objetos e as pessoas.



## DICA



Que tal convidar seus alunos para viajar no mundo da imaginação a um acampamento e aprender sobre a variedade presente na natureza?

Acesse gratuitamente o livro *Show da Natureza* de Flávia Muniz no Portal Conteúdo Aberto da FTD Educação e descubra uma aventura cheia de ilustrações:  
[bit.ly/3XZlizX](https://bit.ly/3XZlizX)



**#E AÍ...**

**COMO INTRODUZIR O TEMA  
AMBIENTAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL  
CONSIDERANDO A REALIDADE DAS  
CRIANÇAS E DE SUA COMUNIDADE?**



## REFERÊNCIAS CONSULTADAS

BISSACO, C. M.; BONOTTO, D. M. B. Valores ambientais na educação infantil. *REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, [S. l.], v. 34, n. 3, p. 263–282, 2017. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/7371>. Acesso em: 30 jun. 2021.

BOFF, L. *Saber cuidar: Ética do humano – compaixão pela terra*. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental*. Brasília: CNE/CP, 2012a.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]*, Brasília, DF, 05 out. 1988.

BRASIL. *Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981*. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, 31 ago. 1981. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm). Acesso em: 04 fev. 2017.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 20 dez. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em: 20 jun. 2021.

BRASIL. *Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999*. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]*, Brasília, 27 abr. 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 1, 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. *Diário Oficial da União*, Brasília, 31 maio 2012b.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981*. Dispõe sobre a política nacional do meio ambiente, seus fins e mecanismo de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, 31 ago. 1981. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm). Acesso em: 03 fev. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. *Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999*. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, 27 abr. 1999. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm). Acesso em: 03 fev. 2021.

BRASIL. Resolução nº 2, 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]*, Brasília, 18 jun. 2012c.

BRASIL. Resolução nº 5, de 22 de junho de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]*, Brasília, 25 jun. 2012d.

BUSIK, C.; SOLETTI, C. C.; CAON, K. Educação Ambiental: uma proposta para a Educação Infantil. *REMEA*, Rio Grande, nº 1, p. 226-238, 2018. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/8575/5513>. Acesso em: 04 maio 2021.

CAPITULINO, C. S.; ALMEIDA, O. A. de. Professores da educação infantil e a prática da educação ambiental: contexto educativo. *REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, [S. l.], v. 31, n. 1, p. 117-137, 2014. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/4308>. Acesso em: 29 jun. 2021.

CARVALHO, I. C. de M. *Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico*. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

CHAUI, M. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2001.

CORNELL, J. *A alegria de aprender com a Natureza*. São Paulo: Melhoramentos, 1997.

ESPINOSA, B. de. *Ética*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Pensadores).

LARROSA, J. Desejo de realidade - Experiência e alteridade na investigação educativa. In: KOHAN, W.; BORBA, S. (orgs.). *Filosofia, aprendizagem e experiência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

LIMA, I. B. de. *A criança e a natureza: experiências educativas nas áreas verdes como caminhos humanizadores*. Orientador: Miguel Almir Lima de Araujo. 2015. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Feira de Santana, Feira de Santana, 2015.

LOUREIRO, C. F. B. *Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política*. São Paulo: Cortez, 2012.

MANZINI, R. C.; DORNFELD, C. B.; ALVAREZ, G. C.; MIRA, S. G. J.; POLI, M. A.; MILANO, C. B. de. Abordagem dos conceitos de redução, reutilização e reciclagem de resíduos com crianças de 5 anos em um CEMEI no município de São Carlos-SP. *REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, [S. l.], v. 31, n. 1, p. 189–208, 2014. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/4362>. Acesso em: 29 jun. 2021.

MENDONÇA, R. *A experiência na natureza segundo Joseph Cornell: A educação pelas pedras-ecoturismo e educação ambiental*. Célia Serrano (Org.) São Paulo: Chronos, 2000, p.135-154.

MENDONÇA, R. Educação Ambiental Vivencial. In: *Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores*, Vol. 2, 2007. p. 119- 129.

MENDONÇA, R. Experimentando a sustentabilidade do turismo na natureza. In: TRIGO, L. G. G. (Edit.) *Análises regionais e globais do turismo brasileiro*. São Paulo: ROCA, 2005, p. 537-545.

MINAYO, C. de S. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 27 ed. Rio de Janeiro: Petrópolis, 2008.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

PERALTA, C. H. G. Experimentos educacionais: eventos heurísticos transdisciplinares em educação ambiental. In: RUSCHEINSKY, A. (Org.). *Educação ambiental: abordagens múltiplas*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PIORSKI, G. *Brinquedos do chão: a natureza, o imaginário e o brincar*. São Paulo: Peirópolis, 2016.

REIGOTA, M. *O que é educação ambiental*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

RODRIGUES, D. G.; SAHEB, D. A educação ambiental na educação infantil segundo os saberes de Morin. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 99, n. 253, p. 573-588, set/dez, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/ywJYdTy7z7ZZzmDrKXXZn7H/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 05 maio 2021.

RUFFINO, S. F. *A educação ambiental nas escolas municipais de educação infantil de São Carlos – SP*. Orientadora: Denise de Freitas. 2003. 109 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Departamento de Metodologia de Ensino, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2003.

SAHEB, D.; ALVES, A. P. A Educação Ambiental na Educação Infantil. In: *Anais do XI Congresso Nacional de Educação - EDUCERE*. 2013. p. 29685-08.

SAHEB, D.; ASINELLI-LUZ, A. A contribuição da teoria da complexidade de Morin para a educação ambiental. In: *Anais do XI Congresso Nacional de Educação - EDUCERE*. 2013. p. 29684-29699.

SAUVÉ, L. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. In: SATO, M.; CARVALHO, I. C. *Educação Ambiental: pesquisa e desafios*. Porto Alegre: Artmed, 2005.

TARDIF, M. *Saberes docentes e formação profissional*. 11 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

TARDIF, M.; LESSARD, C. *O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas*. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

TIRIBA, L. Reinventando relações entre seres humanos e natureza nos Espaços de Educação Infantil. In: Soraia Silva de Mello; Rachel Trajber. (Org.). *Vamos Cuidar do Brasil - Conceitos e Práticas em Educação Ambiental na Escola*. 1 ed. Brasília: MEC, 2007.

TIRIBA, L.; PROFICE, C. O Direito Humano à Interação com a Natureza. In: SILVA, A. M. M.; TIRIBA, L. (Org.). *Direito ao Ambiente como Direito à Vida: desafios para a educação em Direitos Humanos*. São Paulo: Cortez, 2014.



## INDICAÇÕES DE LEITURA

- ▶ CORNELL, J. *Vivências com a natureza: guia de atividades para pais e educadores*. 1 ed. São Paulo: Editora Aquariana, 2005.
- ▶ LOUV, R. *A última criança na natureza: resgatando nossas crianças do transtorno do déficit de natureza*. 1 ed. São Paulo: Editora Aquariana, 2016.
- ▶ RODRIGUES, D. G.; SAHEB, D. A concepção dos professores e educadores de educação infantil sobre o saber de Morin: ensinar a condição humana. *Revista brasileira de estudos pedagógicos*, Brasília, v. 96, n. 242, p. 180- 197, jan./abr. 2015. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2176-66812015000100180#:~:text=O%20ensino%20da%20condi%C3%A7%C3%A3o%20humana%20para%20Morin%20valoriza%20a%20diversidade,50](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-66812015000100180#:~:text=O%20ensino%20da%20condi%C3%A7%C3%A3o%20humana%20para%20Morin%20valoriza%20a%20diversidade,50)). Acesso em: 04 maio 2021.
- ▶ SAHEB, D. A educação ambiental na educação infantil: limites e possibilidades. *REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, [S. l.], p. 133- 158, 2017. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/5439>. Acesso em: 30 jun. 2021.
- ▶ TIRIBA, L. *Crianças da natureza: Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis*. NIMA/PUC-Rio, 2010.



## Conheça outros títulos desta coleção

DESENVOLVIMENTO INFANTIL

.....

DESENVOLVIMENTO SOCIOEMOCIONAL

.....

BRINCADEIRAS E JOGOS

.....

ARTES COMO DESENVOLVIMENTO  
DE HABILIDADES

.....

PROCESSO DE LETRAMENTO

.....

ALFABETIZAÇÃO

.....

INCLUSÃO ESCOLAR

.....

EDUCAÇÃO AMBIENTAL



## ACESSE O PORTAL CONTEÚDO ABERTO



Encontre os conteúdos que você já acompanha em uma área específica de acesso para professores e outra para estudantes. Confira, através das categorias, os recursos que podem te ajudar no dia a dia escolar.



Tudo disponível de forma aberta e gratuita, com atualizações o ano todo.

Leia o **QRCODE** ou acesse:  
[conteudoaberto.ftd.com.br](https://conteudoaberto.ftd.com.br)



**PUCPR**  
GRUPO MARISTA



**FTD**  
educação

CONTEÚDO  
ABERTO

